



**CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA**

ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Aguarde a orientação do aplicador da Uniuv para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul para assinalar a folha de respostas. Utilize lápis e borracha apenas para suas anotações no caderno de provas.
4. Para assinalar as respostas na folha correspondente basta preencher todo o círculo que contém a letra escolhida da questão pertinente da seguinte forma: ●
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o aplicador comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue **TODO O MATERIAL** recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Assine e marque seu número de inscrição.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal volante.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora, a contar do início da prova.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Destaque o espaço abaixo para copiar as suas respostas, para posterior conferência, se quiser.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão divulgados, via internet, no site concursopublico.uniuv.edu.br a partir das 17h do dia 2 de fevereiro de 2015.

Os gabaritos e as provas objetivas estarão disponíveis no site da Uniuv,
concursopublico.uniuv.edu.br, **a partir das 17h do dia 2 de fevereiro de 2015.**



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ

1. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que a “dignidade da pessoa humana” é:
A () Um princípio;
B () Um fundamento;
C () Um remédio constitucional;
D () Uma ação constitucional;
E () Indicação preambular.

2. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que “no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior [...]”. Essa indenização necessita da comprovação:
A () Do dano;
B () Do emprego de violência;
C () Da subjetividade da autoridade pública;
D () Da relação de nexa com a ação premeditada pelo causador do iminente perigo público;
E () Da exigibilidade de conduta diversa.

3. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, **NÃO É CORRETO** afirmar que é assegurado(a) no Tribunal do Júri:
A () A plenitude de defesa;
B () A soberania dos veredictos;
C () O sigilo das votações;
D () A duração razoável do julgamento;
E () A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

4. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que a prisão ilegal será imediatamente:
A () Ampliada pela autoridade judiciária;
B () Abolida pela autoridade judiciária;
C () Determinada pela autoridade judiciária;
D () Fixada pela autoridade judiciária;
E () Relaxada pela autoridade judiciária.

5. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que não haverá penas:
A () De morte, salvo em caso de guerra declarada;
B () De caráter perpétuo;
C () De trabalhos forçados;
D () De privação integral;
E () Cruéis.

6. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os empréstimos compulsórios são de competência:
A () Da União Federal;
B () Dos Estados Federados e da União Federal;
C () Dos Estados Federados, do Distrito Federal e da União Federal;
D () Dos Estados Federados, do Distrito Federal, dos Municípios e da União Federal;
E () Dos Municípios.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ

7. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Ainda, o texto exige que tal posse seja:
- A () Por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição;
B () Por dez anos, ininterruptamente e sem oposição;
C () Por dez anos, ininterruptamente e independente da existência de oposição;
D () Por dez anos, ainda que somados períodos distintos de posse, mas desde que sem oposição;
E () Por quinze anos, ininterruptamente, e sem oposição.
8. O texto da Lei 8.666, de 21 de junho 1993, a qual “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”. Sobre isso, é **CORRETO** afirmar que é dispensável a licitação:
- A () Na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica, nuclear e de gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as regras estabelecidas em decreto legislativo específico;
B () Na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e nuclear com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as regras estabelecidas em decreto legislativo específico;
C () Na contratação de fornecimento ou suprimento de gás natural e energia nuclear com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as regras estabelecidas em decreto legislativo específico;
D () Na contratação de exploração, fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;
E () Na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
9. O texto da Lei 8.666, de 21 de junho 1993, a qual “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”. É **CORRETO** afirmar que, no procedimento licitatório, a “carteira de identidade”:
- A () Vale como um dos documentos para habilitação jurídica;
B () Não vale como um dos documentos para habilitação jurídica;
C () Vale como um dos documentos para habilitação jurídica, desde que acompanhada da inscrição no registro de classe da profissão;
D () Não vale como um dos documentos para habilitação jurídica, ainda que acompanhada da inscrição no registro de classe da profissão;
E () Sequer é nominada nos documentos relativos à habilitação jurídica.
10. De acordo com a Lei 8.666, de 21 de junho 1993, a qual “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, é **CORRETO** afirmar que nas concorrências de âmbito internacional:
- A () Não há obrigação de o edital se ajustar às diretrizes da política monetária;
B () Não há obrigação de o edital se ajustar às diretrizes do comércio exterior;
C () Nunca será permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira;
D () Nunca será permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda nacional;
E () O licitante brasileiro poderá, em determinados casos, oferecer lance em moeda estrangeira.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ

11. De acordo com a Lei 8.666, de 21 de junho 1993, a qual “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, é **CORRETO** afirmar que serão desclassificadas as propostas:
- A () Que atendam às exigências do edital;
 - B () Com valor global superior ao limite estabelecido;
 - C () Com preços manifestamente exequíveis;
 - D () Formuladas por itens em editais de preço global;
 - E () Formuladas antes da abertura dos envelopes, salvo na condição de negociação privada entre os concorrentes e o pregoeiro, devidamente justificada em ata.
12. Para o caso de concessões de linhas aéreas, no Brasil, é **CORRETO** afirmar que:
- A () A Lei 8.666, de 21 de junho 1993, a qual “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, remete a licitação para outra lei;
 - B () A Lei 8.666, de 21 de junho 1993, a qual “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, não tem especificação alguma;
 - C () A Lei 8.666, de 21 de junho 1993, a qual “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, é a norma diretamente aplicável;
 - D () A Lei 8.666, de 21 de junho 1993, a qual “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, é complementada pelo Código Brasileiro de Aviação Comercial;
 - E () A Lei 8.666, de 21 de junho 1993, a qual “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, tem capítulo específico sobre o assunto.
13. De acordo com a Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, a qual “Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios”, é **CORRETO** afirmar que a natureza específica do tributo é determinada pelo(a):
- A () Capítulo do código tributário em que está localizado;
 - B () Alíquota;
 - C () Base de cálculo;
 - D () Fato gerador da respectiva obrigação;
 - E () Responsável tributário passivo.
14. De acordo com a Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, a qual “Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios”, **NÃO É CORRETO** afirmar que, na falta de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará:
- A () Analogia;
 - B () Os princípios gerais do direito tributário;
 - C () Os princípios gerais do direito público;
 - D () A equidade;
 - E () A razoabilidade.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ

15. De acordo com a Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, a qual “Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios”, é **CORRETO** afirmar que, no caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato, a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável:
- A () Ao Poder Público;
B () Ao Agente de Fiscalização;
C () À Sociedade;
D () Ao Acusado;
E () Ao Delator.
16. De acordo com a Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, a qual “Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios”, é **CORRETO** afirmar que a obrigação tributária que diz respeito à penalidade pecuniária tributária é:
- A () Principal;
B () Secundária;
C () Terciária;
D () Quaternária;
E () Quinquenária.
17. De acordo com a Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a qual “Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, é **CORRETO** afirmar que a parceria público-privada é o contrato administrativo de:
- A () Permissão;
B () Autorização;
C () Concessão;
D () Doação;
E () Tombamento.
18. De acordo com a Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a qual “Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, é **CORRETO** afirmar que é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:
- A () Cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos;
B () Cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 (dez) anos;
C () Cujo período de prestação do serviço seja inferior a 15 (quinze) anos;
D () Cujo período de prestação do serviço seja inferior a 20 (vinte) anos;
E () Cujo período de prestação do serviço seja inferior a 25 (vinte e cinco) anos.
19. De acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, a qual dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências, é **CORRETO** afirmar que são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público:
- A () As sociedades comerciais;
B () Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
C () As cooperativas;
D () As organizações sociais;
E () As associações civis.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ

20. De acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, a qual “Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências”, é **CORRETO** afirmar que Termo de Parceria é:
- A () O instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas em tal lei;
 - B () O instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado destinado à formação de vínculo de hierarquização entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas em tal lei;
 - C () O instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas em tal lei;
 - D () O instrumento obrigatório a ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas em tal lei;
 - E () O instrumento obrigatório a ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, sem implicar fomento, destinado à execução das atividades de interesse público previstas em tal lei.
21. De acordo com a Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, a qual “Regula a Ação Popular”, é **CORRETO** afirmar que a prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com:
- A () Carteira Nacional de Habilitação;
 - B () Carteira de Identidade;
 - C () Cadastro Nacional de Pessoa Física;
 - D () Título Eleitoral apenas;
 - E () Título Eleitoral ou com documento que a ele corresponda.
22. De acordo com a Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, a qual “Regula a Ação Popular”, é **CORRETO** afirmar que a Ação Popular obedecerá ao procedimento:
- A () Mandamental;
 - B () Ordinário;
 - C () Executivo;
 - D () Cautelar;
 - E () Especial de jurisdição contenciosa.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ

23. De acordo com a Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, a qual “Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências”, é **CORRETO** afirmar que quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas _____. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

- A () Todas deverão requerer o mandado de segurança em conjunto;
- B () Qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança;
- C () Ninguém poderá requerer o mandado de segurança;
- D () Deverão as pessoas nomear uma delas para requerer o mandado de segurança;
- E () Será caso de obrigatoriedade de mandado de segurança coletivo.

24. De acordo com a Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, a qual “Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências”, é **CORRETO** afirmar que da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá:

- A () Apelação;
- B () Recurso ordinário constitucional;
- C () Agravo de petição;
- D () Agravo de instrumento;
- E () Agravo regimental.

25. De acordo com a Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, a qual “Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências”, é **CORRETO** afirmar que no mandado de segurança coletivo:

- A () A sentença fará coisa julgada para todas as pessoas;
- B () A sentença fará coisa julgada a todas as pessoas que tenham relação jurídica com a causa;
- C () A sentença fará coisa julgada apenas para as partes descritas na inicial;
- D () A sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante;
- E () A sentença não fará coisa julgada.